



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 615, DE 2015

Em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas à senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, as seguintes informações sobre o setor sucroenergético brasileiro:

- a) Qual a perspectiva do Governo Federal de rever a instrução normativa da Receita Federal nº 1453, de 2014, reincluindo a indústria sucroenergética como contribuinte do Sistema Indústria?
- b) Que medidas o Governo Federal tem planejado com vistas a inserir o setor sucroenergético entre as prioridades das desonerações tributárias sobre o emprego?
- c) Quais as linhas de crédito atualmente disponíveis à pesquisa e à inovação tecnológica do setor sucroenergético brasileiro?

- d) Quais as perspectivas e principais entraves para a elevação da mistura de etanol anidro à gasolina na proporção de 30%, como pleiteiam os estados produtores?
- e) Que estudos estão em andamento no âmbito do Governo Federal com vistas à abertura de programas de renegociação de dívidas (similar ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa) e à manutenção das linhas de crédito ao setor (Pró-renova e de garantia “*Warrantagem*”) com juros equalizados e adequação de prazos ao perfil do ciclo produtivo?

Justificação

Conforme dados do Ministério de Minas e Energia, em 2013 o Brasil obteve, de fontes renováveis, 41% de toda a energia utilizada. Em contraponto, na matriz energética mundial, essas fontes representaram, apenas, 13,5% da energia total consumida. De acordo com o mesmo Ministério, o Brasil é o único país do mundo que apresenta participação significativa dos derivados da cana de açúcar em sua matriz energética, atingindo 16,1% do consumo total.

A despeito desse diferencial de sustentabilidade, agregado à matriz energética brasileira, em maior parte graças ao uso do etanol e à bioeletricidade, o setor tem se deparado com óbices consideráveis.

Em boa medida, a manutenção prolongada dos preços dos combustíveis em descompasso com os praticados no mercado internacional e a redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) afetaram de forma negativa, a competitividade do etanol nos últimos anos. As consequências dessa realidade se refletiram no fechamento de inúmeras unidades de processamento de cana de açúcar em vários estados brasileiros.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a crise conduziu algumas usinas ao pedido de recuperação judicial, prejudicando o emprego e a renda de grande contingente de trabalhadores e as atividades econômicas de significativa quantidade de fornecedores.

Símbolo das dificuldades enfrentadas pela produção de etanol, a reunião de Governadores de estados produtores do setor sucroenergético, ocorrida em 5 de março de 2015, na cidade de Goiânia – GO, resultou na elaboração da Carta de Goiânia, que contém o conjunto de medidas necessárias à retomada do crescimento sustentável das atividades produtivas.

O evento, realizado para discutir a crise do setor, contou com a participação dos Governadores dos Estados maiores produtores da federação, que, seguindo diretrizes do Fórum Nacional Sucroenergético, com vistas a garantir recuperação e ampliação de rentabilidade, competitividade e condições mercadológicas deste segmento tão significativo para a economia nacional, formalizaram um conjunto de medidas indispensáveis ao fortalecimento das atividades econômicas da área.

Os itens que compõem este pedido de informações ao Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estão presentes na Carta de Goiânia, cujo maior intuito é fomentar as reflexões necessárias em torno das ações de políticas públicas e a sensibilização do Governo Federal para as dificuldades identificadas, em torno das quais será articulada a mobilização conjunta das bancadas parlamentares para o aprofundamento dos debates em defesa deste importante setor econômico.

Os obstáculos precisam ser superados no intento de se fazer realizar a projeção do MME de crescimento anual de 5,5% da produção de etanol, o que possibilitará ampliar de 27,6 milhões de m³, verificados em 2013, para 47,3 milhões de m³ em 2023.

Nesse sentido, o Senado Federal, na condição de instituição representativa dos entes federativos, coloca-se como espaço natural de mediação, formulando esta solicitação de informações, que, ao sumarizar a discussão em andamento, promove maior qualificação do debate acerca do tema.

Sala das Sessões,

Senadora **Simone Tebet**

(À Mesa para decisão)

Publicado no **DSF**, de 29/5/2015